

Construção da memória coletiva pela literatura: mulheres na

América /

The construction of the collective memory by literature: women in

America

*Beatrice Uber**

Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu na UNIOESTE. Mestre em Letras pela UNIOESTE (2017).

 <https://orcid.org/0000-0002-7061-4986>

*Leila Shaí Del Pozo González***

Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu na UNIOESTE. Mestre em Letras pela UNIOESTE (2017). Professora colaboradora na faculdade de Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

 <https://orcid.org/0000-0002-7061-4986>

*Marina Luísa Rohde****

Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu na UNIOESTE. Mestre em Letras pela UNIOESTE (2018).

 <https://orcid.org/0000-0002-4983-786X>

Recebido: 07 abr. 2020. **Aprovado:** 09, mai. 2020.

Como citar este artigo:

UBER, Beatrice; DEL POZO GONZÁLEZ, Leila Shaí; ROHDE, Marina Luisa. Construção da memória coletiva pela literatura: mulheres na América. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 9, n. 2, p. 68-93, jun. 2020.

*



bea_uber@hotmail.com

**



leilashai@hotmail.com



marinaluisar@gmail.com



<http://dx.doi.org/10.35572/rlr.v9i2.1756>

RESUMO

Perante a historiografia oficial, os grandes acontecimentos em relação aos descobrimentos de novas terras e os movimentos migratórios eram apresentados pelas figuras masculinas. Assim sendo, a história tradicional não considerava, por exemplo, o ponto de vista feminino. Dessa forma, houve um apagamento da presença, da atuação e dos sentimentos da mulher em relação aos fatos ao seu redor. Todavia, a literatura surge com o intuito de propor novas abordagens desse passado, apresentar um discurso subjetivo e descentralizado ao mesmo tempo, bem como preencher as lacunas deixadas por testemunhos centrais e oficiais. É por meio do discurso memorialístico que muitas personagens femininas obtêm a oportunidade de que sejam expostos seus prismas e que seja ofertada à historiografia oficial alternativas criativas e inovadoras para muitos de seus acontecimentos. As narrativas híbridas de história e ficção podem ser apresentadas pelas versões acríticas, críticas desconstrutivas e mediadoras. Assim, as diegeses romanescas podem ofertar ao seu leitor inúmeras versões de um mesmo evento e buscar enaltecimento ou contestar determinados acontecimentos pela arte literária. Nesse sentido, tencionamos usar romances históricos que apresentam discursos memorialísticos para dar foco às nossas análises. Consequentemente, nessa linha de estudo, esse artigo conta com o suporte teórico de Halbwachs ([1968] 2003), Bernd (2013), Candau (2016) e Fleck (2017).

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Prisma feminino; Romance histórico.

ABSTRACT

In view of the official history, the greatest happenings in relation to the discovery of the newfound lands and the migration movements were presented by the masculine figures. So, the traditional history did not consider, for example, the feminine point of view. There was, this way, an obliteration of the woman's presence, actions and feelings in relation to the facts around her. However, literature rises with the goal of proposing new approaches of this past, presenting a subjective and decentralized discourse at the same time, just like fulfilling the gaps left by the central and official discourses. It is through memorialist discourse that many female characters acquire the chance to have their perspectives exposed and that may be offered to the official historiography new and creative alternatives to many of its happenings. The hybrid narratives of history and fiction can be presented throughout the traditional versions, deconstructive versions and mediation versions. So, the diegeses can offer their readers many versions of one same event and try to praise or oppose certain ones throughout literary art. In this regard, we aim to use historical novels that present memories to focus on our analysis. Consequently, in this line of study, this paper relies on the theoretical support of Halbwachs ([1968] 2003), Bernd (2013), Candau (2016) and Fleck (2017).

KEYWORDS: Memories; Female perspective; Historical Novel.

1 Introdução

*“la savia de la historia
vivifica la literatura,
y viceversa,
la literatura es una fuente [...] para el conocimiento histórico.”
(MATA INDURAIN, 1995, p.14)*

O ato de se contar uma história foi, por muito tempo, privilégio apenas dos homens brancos que foram os detentores do poder e disseminaram em suas andanças e conquistas o viés

eurofocêntrico como único modelo único a ser seguido. Seus feitos e as suas memórias eram levadas em consideração em relação aos descobrimentos de novas terras, processos de colonização, movimentos migratórios, guerras, entre outros. As perspectivas femininas desses acontecimentos não eram aceitas uma vez que o poder de ordem e conceitos considerados corretos eram difundidos pela ordem masculina. Todavia, as visões das mulheres poderiam ser diferentes em relação aos mesmos acontecimentos relatados pelos prismas masculinos, pois a forma como elas enxergam um episódio pode conter detalhes e nuances não percebidos pelo homem.

A memória, que surge no pensamento de cada pessoa e por modos diferentes, pode ser vista como as imagens lembradas sobre o passado e ela pode ser tanto individual como coletiva. A memória individual existe em diversos contextos, mas também pode ser partilhada por grupos e isso lhe confere um valor ainda mais verídico visto que todos podem apresentar suas lembranças sobre um determinado evento. Embora as memórias apresentadas pela historiografia tradicional intentaram corroborar o poder da classe vigente, as dos marginalizados e excluídos também tinham muito a ofertar e, conforme Pollak (1989, p. 4), “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional.” É possível observar que as memórias subterrâneas “afloram em momentos de crise [e] em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 4).

Inerente a esse fato, as memórias das minorias, dos marginalizados e dos excluídos, desempenham um grande papel: elas podem ser coniventes com os fatos apresentados, mas também podem travar batalhas em oposição a uma história fixa. Dessa maneira, tanto o campo histórico como o literário são sacudidos por novos testemunhos, porque as histórias apresentadas pela historiografia oficial e pelo cânone literário podem ser lidas e compreendidas de outras maneiras e pode haver um desmantelamento, uma crítica e uma subversão de fatos considerados únicos. A univocidade histórica e literária se vê obrigada a dividir seu campo e escutar o prisma daqueles considerados esquecidos. Assim, os leitores são contemplados não apenas com reescritas da história, mas da literatura igualmente.

Na especificidade desta pesquisa, o romance histórico é responsável, em grande parte, por trazer outras análises aos eventos de grande importância para a coletividade humana e são divididas em três fases, de acordo com Fleck (2017):

- Primeira fase: com modalidades acrílicas em que enquadramos os romances históricos clássicos de Walter Scott e os tradicionais. Os clássicos tiveram sua produção desde 1814/1819 até meados do século XX e os tradicionais de 1826 até os dias atuais.
- Segunda fase: com modalidades críticas e desconstrucionistas em que delimitamos os novos romances históricos latino-americanos, cuja produção vai de 1949 até os dias atuais; e as metaficções historiográficas que estão presentes da pós-modernidade em diante.
- Terceira fase: a modalidade mediadora, que surgiu com o pós-*boom* da literatura latino-americana e cuja produção vai do final da década de 1970 até os dias atuais, denomina-se romance histórico contemporâneo de mediação.

Nessa junção de áreas – romance histórico e discurso memorialístico – as personagens femininas históricas ou fictícias, relegadas a uma situação inferior, redefinem o imaginário da colonização, guerras e processos migratórios por meio de relatos distintos e reveladores de um panorama pouco acessado até o século XX, lançando reviravoltas a uma ordem pré-estabelecida. Esses cruzamentos de vozes oficiais e excêntricas permitem que grandes momentos sejam relidos pela arte literária.

2 Memórias femininas: ressignificando a colonização brasileira

O processo de colonização para o *Novo Mundo*, aqui contemplado o século XVI, foi relatado a partir do viés da história dos vencedores, ou como afirma Sharpe (1992), da história *vista de cima*. Os grandes descobrimentos e transformações foram apresentados ao mundo pela escrita de cunho masculino e considerados únicos, certos e valiosos. Inúmeras visões acerca dos habitantes nativos e seus costumes foram deturpadas e difundidas de forma inferiorizante. Por exemplo, as mulheres nativas não eram vistas como mulheres *decentes*¹ para uma união matrimonial, porque não tinham a

¹ A esse respeito, Hilde Krueger, citada por Karttunen (1997, p. 297), comenta, sobre as nativas mexicanas, e acreditamos que esse comentário é válido também para as outras nativas do continente americano da época, que “for

pele branca, não eram cristãs e mantinham um livre contato sexual com os homens a todo instante; e conforme afirma Freyre ([1933] 2006), os europeus que chegaram ao Brasil foram surpreendidos por essa *luxúria* dos nativos, embora se aproveitassem dela para saciar seus desejos.

Foi a partir dessa visão distorcida da mulher nativa, em que os europeus julgavam-nas inferiores é que se fez necessário implantar mulheres cristãs brancas para o *Novo Mundo*. Perante a historiografia tradicional, houve vários programas de migrações que deslocaram mulheres consideradas *decentes* para unirem-se em matrimônio, tornarem-se esposas obedientes e gerassem filhos, cujo propósito era apartar os homens brancos cristãos das mulheres nativas.

Portugal, por exemplo, colocou em prática o programa de migrações chamado *Órfãs-del-Rei*, ou órfãs da rainha como também ficou conhecido, durante o século XVI. Segundo Ramos (2007), o país enviou ao Brasil, na época uma colônia em desenvolvimento, cerca de 60 jovens órfãs, entre 14 e 30 anos, para visar às necessidades dos homens brancos, de baixa nobreza portuguesa que ali viviam. Numa explicação mais detalhada, Almeida (2003) relata que muitas delas viviam em orfanatos onde recebiam uma educação relativa ao lar e como se comportar perante a sociedade da época, eram de famílias virtuosas e bem estabelecidas, e estavam sob a tutela da Rainha Catarina. Além disso, a autora menciona que, para serem acolhidas nesses orfanatos, algumas características eram levadas em conta: elas precisavam ser órfãs tanto de pai e mãe, de um casamento legítimo; ter uma boa condição física, não ser cega ou aleijada; apresentar o frescor da juventude; e gerar filhos brancos para a edificação do país em desenvolvimento.

Nesse transitar de áreas, entre a história, o romance histórico e o discurso memorialístico, a autora Ana Miranda, em sua obra *Desmundo* (MIRANDA, 1996) retrata uma dessas órfãs da rainha e promove a visibilidade da mulher como produtora de um discurso inovador. A personagem principal é Oribela de Mendo Curvo e ela narra não apenas a sua chegada ao *Novo Mundo*, mas a de mais seis outras jovens. Dessa maneira, a história da colonização brasileira e da inserção das órfãs é contada em primeira pessoa por uma mulher, o que ressalta que tais acontecimentos não são expostos a partir de um viés masculino. O foco da narrativa é apresentado por uma personagem *ex-cêntrica* e evidencia o prisma *visto de baixo* (SHARPE, 1992).

these young Indian women, so animal-like in their approach to sex, the idea of chastity or virginity had no meaning at all. [Para estas jovens mulheres indígenas, comparadas/consideradas como animais na questão do sexo, a ideia de castidade e virgindade não fazia nenhum sentido]". (KARTTUNEN 1997, p. 297 – tradução nossa).

Desmundo (1996), um romance histórico contemporâneo de mediação (FLECK, 2017) carrega consigo a releitura crítica do passado colonial brasileiro. Não mais enaltece a visão esboçada pelo colonizador tradicional, não deforma a sua história, mas relê de forma crítica a visão apresentada pela historiografia tradicional e questiona os atos dos colonizadores como dos representantes da Igreja Católica. A própria protagonista, Oribela, questiona a integridade dos homens portugueses, cristãos e de tão boa conduta em relação ao tratamento que deles receberiam: “Disse a Velha. Que esperem. Ainda haverão de muito ganhar. Não sei se falou de ironia, querendo dizer açoite e castigo; ou se falava de adorno.” (MIRANDA, 1996, p. 68). Tal trecho evidencia a consciência da personagem ao saber que sua vida seria de submissão e maus tratos pelo próprio esposo, com quem compartilharia as próximas décadas de vida.

Além desse momento, Oribela denuncia a mancebia ilegal de colonizadores e padres – que deveriam estar a serviço da Igreja e dos cristãos –, mas que se uniam às negras da terra, as nativas. “Aqueles eram amancebadas de cristãos e de padres, que quando delas se cansavam as vendiam aos vizinhos que as desejavam e assim se faziam mercas de fêmeas.” (MIRANDA, 1996, p. 70). Não só fica claro que mantinham relações sexuais com essas mulheres como também as faziam passar por objetos que poderiam ser descartados quando bem intencionassem.

De acordo com Halbwachs ([1968] 2003, p. 29), “recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós.” Dessa forma, os relatos da órfã configurada como Oribela trazem à tona momentos que talvez não teriam sido expressados assim se fossem relatados por homens, detentores do poder, uma vez que eles contavam fatos a partir de seu prisma, isto é, considerados corretos e únicos. Consequentemente, a obra ficcional, por sua liberdade estética, permite que os discursos velados de tantos séculos venham à tona e sinalizem seus espaços e suas ressignificações.

O fato de uma mulher raramente ter tido a chance de expor seus ideais durante a colonização nos faz perceber que para ela era relegado o espaço privado, enquanto que os homens tinham o direito ao espaço público. Por isso, quando a literatura apresenta uma narrativa de prisma feminino, seu discurso é de imensa valia visto que pode revelar situações ignoradas e revigorar a tradição literária.

A releitura ficcional crítica desse passado, então elaborada pela personagem Oribela é feita de forma linear e assim segue para dar continuidade aos acontecimentos da diegese: a chegada das órfãs, as primeiras visões do novo local e dos habitantes nativos, o casamento com Francisco de Albuquerque, a submissão ao marido, a tentativa de fuga e regresso a Portugal, o nascimento do filho e o abandono do marido Francisco, personagem de extração histórica. O termo *extração histórica* foi inicialmente proposto por Trouche (2006, p. 44) para fazer referência a um “conjunto de narrativas que encetam o diálogo com a história, como forma de produção de saber e como intervenção transgressora [...]”. Tal conceito também é utilizado para referir-se aos personagens que fizeram parte da história oficial difundida.

Embora os romances históricos mais atuais compartilhem de um vocabulário mais simples e com frases diretas, eles, outras vezes, para dar fluxo a esse contingente de memórias, “valem-se de uma linguagem mais arcaica para criar verossimilhança com a narrativa” (FLECK, 2017, p. 111). Mesmo que a personagem Oribela use a linearidade em seu discurso, atentamos para o fato de que não é um discurso com linguagem moderna, mas do século XVI, época em que se passa a narrativa, e que age ofertando mais credibilidade aos seus relatos, como podemos ver nesse trecho: “Disse querer o melhor para as bodas das órfãs de dona Catarina, mandou baterem édito, que os noivos se apressassem a se apresentar, homens de muita honra, coração tornado em alteza pelo alvidro de seus feitos [...]” (MIRANDA, 1996, p. 51).

Halbwachs (2003, p. 39) afirma que “não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também dos outros [...]”. É por meio desse pensamento que conectamos o conceito de intertextualidade presente em *Desmundo* (1996), pois Oribela rememora as *vergonhas* que foram apresentadas na carta de descobrimento do Brasil: “Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com os cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha.” (CAMINHA, 2001, p. 29). Ela transporta esse dado histórico para a literatura, gerando assim uma intertextualidade ao dizer “não pude deixar de olhar as vergonhas em cima, como embaixo” (MIRANDA, 1996, p. 39). Tal fato é apresentado para que sua lembrança tenha sentido

dentro do texto literário gerando, dessa maneira, mais autenticidade e verossimilhança para a literatura.

Além das reminiscências da protagonista, Oribela, há também uma diversidade de testemunhos de outras órfãs que retratam suas experiências na colônia e que podem ser vistas como recursos escriturais bakhtinianos: dialogia, polifonia e paródia. Segundo Fleck (2017, p. 111) “tais procedimentos são igualmente essenciais na constituição dos novos romances históricos [...] em detrimento de outros recursos escriturais mais fortemente desconstrucionistas, como é o caso da carnavalização, da ironia, do multiperspectivismo e das anacronias exacerbadas.” Isto posto, recorremos ao excerto em que fica evidenciado a dialogia – um conceito que mostra como os elementos da estrutura romanesca encontram-se em oposição como contraponto (BAKHTIN, 2010) – entre as personagens Francisco de Albuquerque, marido de Oribela, e sua esposa:

Que não era veado a ser caçado e arrastado nas trilhas, não era aqueles gatos jaspeados, bicho nem natural nem mulher pública, devia ele o respeito do matrimônio [...]. Fazia ele que não escutava, os gritos retiniam pela serra, eu arrastada. Em casa amarrou com a corda me prendendo aos pés do catre [...]. (MIRANDA, 1996, p. 113).

Embora, num ato de desespero por encontrar-se angustiada e sentindo-se sozinha no fim do mundo – o desmundo –, Oribela tivesse tentado fugir do marido e retornar a Portugal sem sua permissão, quando esse encontra a esposa, ele a trata como um animal, trazendo-a arrastada atrás de seu cavalo e, perante a sociedade da época, que qualificava o homem com todo poder sobre a mulher, ele se considera correto em sua atitude. Já ela, acreditava que ele não tinha o direito de equipará-la a um bicho e que o matrimônio, oficializado pela Igreja, deveria ser o responsável por sua segurança e por meio dele ela deveria ser respeitada.

Dona Bernardinha, outra personagem em *Desmundo* (MIRANDA, 1996), se vê desqualificada da sua condição honrosa de ser uma órfã da rainha, quando o marido passa a vender seu corpo para que outros homens na colônia façam uso, conforme exposto pela protagonista: “O perro do esposo dela fazia servir sua mulher por dinheiro, que se fez uma espera na frente da vivenda e dela se ouviam gritos, deles os risos, uns davam por isso uma moeda, outros um pedaço de uma qualquer coisa [...]” (MIRANDA, 1996, p. 151). Rebaixada à condição de um objeto sexual

que possa ser usado como os outros queiram e a qualquer hora, evidenciamos a ideia de que a polifonia – “uma multiplicidade de vozes plenivalentes nos limites de uma obra” (BAKHTIN, 2010, p. 39) – se faz presente.

Primeiro, porque mostra a ideologia pertencente à classe masculina de se apossar de sua esposa, impor padrões misóginos e fazer o que bem desejasse com sua cōnjuge, conforme exposto por Araújo (2011, p. 46), “o homem era superior, e portanto, cabia e ele exercer autoridade.” Segundo, porque fica exposto o fato da mulher não poder se posicionar e expressar seus sofrimentos e opiniões. Terceiro porque aponta que a Igreja não intervinha na vida de casado dos seus fiéis católicos e, com isso, salienta-se que eram coniventes com a atitude do esposo. O poder masculino se sobressai e mostra que a domesticação da mulher, fosse como esposa, filha ou freira, era uma área reservada aos homens porque elas passavam da submissão da Igreja para a dos maridos, mas sempre nas mãos dos homens. Todos esses são diferentes discursos que ao mesmo tempo em que conversam entre si, chocam-se por colocar em evidência as diferentes perspectivas, mas que levavam à obediência feminina.

Essa é apenas uma das histórias das órfãs da rainha que foi transposta da historiografia para a ficção em que a autora teve a oportunidade de reconfigurar seus *status*, pois conforme Halbwachs,

[...] a história não é todo o passado e também não é tudo o que resta do passado. Ou, por assim dizer, ao lado de uma história escrita há uma história viva, que se perpetua ou se renova através do tempo, na qual se pode encontrar novamente um grande número dessas correntes antigas que desapareceram apenas em aparência. (HALBWACHS, 2003, p. 86).

Quando Oribela, a protagonista de *Desmundo* (MIRANDA, 1996), reescreve a história das órfãs ela consegue reviver personagens que foram de grande importância para a colonização brasileira e, ao agir dessa maneira, ela não permite que suas vivências caiam no esquecimento.

Assim, por meio de uma narrativa contemporânea, que se delineia na área da memória e do romance histórico contemporâneo de mediação, a personagem Oribela, de *Desmundo* (MIRANDA, 1996) apresenta-se como figura central de sua própria história, e relata seu viés sobre a forma como foi inserida no *Novo Mundo* contrariando os relatos apresentados pela historiografia oficial e

consegue, a partir deste trabalho de reconstrução de si mesma, apresentar mulheres que tendem a redefinir sua condição de subalternidade por meio de releituras críticas.

Ademais, Pollak (1989, p. 13) expressa que as histórias da vida “devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais.” Consequentemente, quando os campos históricos, literários e memorialísticos se unem, há um rompimento de barreiras no qual fica exposto uma reconstrução de sujeitos, épocas e costumes. São as memórias dessa personagem protagonista e recriada pela ficção, que faz parte do grupo *Órfãs-del-Rei*, que se tornam mais confiáveis à medida de que temos a noção de que são relatos que poderiam ter sido parte de um grupo cuja história teve grande impacto no coletivo brasileiro: foram mulheres que constituíram algumas das famílias brasileiras consideradas tradicionais e oficiais.

3 A representação das guerreiras da América: Anita Garibaldi (1821-1849) – uma heroína brasileira independentista

A América Latina, a partir da década de 1940, inicia um movimento literário que, influenciado pelo modernismo hispano-americano, reconfigura sua narrativa, deixando de corroborar os moldes europeus para apropriar-se de um estilo que marca sua independência cultural. Uma inovação deste período consiste na escrita de romances históricos distantes da consagrada produção de Walter Scott (1771 - 1832). Essa ruptura com o cânone marca grande parte da narrativa romanesca da segunda metade do século XX.

Diante da temática abordada por esta pesquisa, é inevitável que literatura, história e memória se aproximem, conduzindo a abordagem deste assunto por distintos ângulos de representação. Assim, detém-se, neste momento, à análise de uma personagem latino-americana a partir de seu status de heroína. Ana Maria de Jesus Ribeiro (1821 - 1849), Anita Garibaldi, personalidade de extração histórica vastamente ficcionalizada, é um exemplo adequado de como história e memória são reapropriadas pela literatura a partir de um emaranhado de discursos que se entrecruzam e tecem outros tantos, contribuindo, desse modo, à ressignificação do passado histórico.

Em linhas gerais, Ana Maria de Jesus Ribeiro (1821–1849) entra para a historiografia oficial como a esposa do guerrilheiro Giuseppe Garibaldi (1807–1882) que o acompanhou por dez anos em batalhas no Brasil, no Uruguai e na Itália. Sua imagem torna-se reconhecida e valorizada no Brasil apenas a partir do século XX, uma vez que até então o forte sistema paternalista vigente regrou as menções a essa personagem histórica por sua atuação em um âmbito prioritariamente masculino.

A história de Anita e Giuseppe tem instigado historiadores e romancistas que percebem um aspecto singular nessa relação: o fato de Anita também estar presente na esfera social pública em um período em que essa presença era condição prioritariamente masculina. A separação conjugal, a participação em batalhas e a saída do país para acompanhar Giuseppe tornaram Anita uma personalidade distinta e respeitada em seu país de origem, e também em outros países do continente americano, com representações literárias dessa personagem em distintos lugares do continente, além do reconhecimento Italiano.

Quanto à sua importância ao longo dos anos, podemos destacar dois momentos distintos em que a representação dessa personalidade histórica foi ressaltada no contexto nacional. Primeiramente em 1939, em Laguna – Santa Catarina. A cidade em que Anita nasceu celebraria o Centenário da República Catarinense, também conhecida como a República Juliana, instaurada em Laguna em 24 de julho de 1839, e, como forma de chamar a atenção do governo para um possível descaso no que concerne às atividades portuárias do lugar – configurando um momento de crise para a cidade –, utilizou-se Anita como uma heroína lagunense.

Outra ocasião em que o foco se volta para essa personalidade ocorre em 1999, na esteira das comemorações do quinto centenário de descobrimento do Brasil, com a rememoração dos 150 anos de morte de Anita Garibaldi. Dessa forma, obras de caráter biográfico, e também romances históricos são lançados no contexto brasileiro de modo a promover uma reatualização dessa personalidade brasileira.

No que concerne à produção romanesca, detemos nossa atenção à obra *A Guerrilheira* (1979), de João Felício dos Santos, com o intento de analisar, na tessitura dessa escrita, aspectos que marcam esse redirecionamento da prosa literária a partir do século XX, entre eles o de ressignificar criticamente os registros do passado, em especial aqueles sobre a personagem de extração histórica Ana Maria de Jesus Ribeiro, e o de fazer uso da memória coletiva instaurada no

imaginário brasileiro para recompor a existência e importância desta personalidade. Diante desta perspectiva, é importante ressaltar alguns apontamentos que Halbwachs (2003) expõe sobre a relação entre a história e memória:

A história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo. (HALBWACHS, 2003, p. 100).

Compreendendo que memória e história são áreas distintas do conhecimento, ainda que bebam da mesma fonte, que é o passado, depreendemos que o processo de resignificação de conceitos pregressos transita por essas duas vertentes repensando-as criticamente. Dessa forma, Anita Garibaldi, na narrativa de João Felício dos Santos, não é aquela cuja imagem é a difundida pela historiografia oficial, vista sempre à companhia de Giuseppe Garibaldi, mas, sim, uma personalidade idealista, sonhadora e de temperamento crítico que não aceita muitas das realidades nas quais se insere e não hesita em criticar, veementemente, as questões sociais. De acordo com Ribeiro (2011), “a protagonista de *A guerrilheira* é totalmente avessa às tarefas domésticas e luta com atos e palavras para ganhar a liberdade de frequentar o universo masculino.” (RIBEIRO, 2011, p. 20).

Em linhas gerais, a obra narra a história de Anita Garibaldi desde os seus 16 anos (1837) até a saída dela e de Giuseppe do território brasileiro (1842). O romance está dividido em duas partes: “*A Terra*” e “*A Guerra*”. A sequência das ações é apresentada por um narrador extradiegético e, assim, temos acesso ilimitado a todos os aspectos da narrativa.

Desse modo, a primeira parte – “*A Terra*” – possui 52 capítulos que abordam a vida de Anita antes de conhecer Giuseppe na cidade de Laguna em Santa Catarina. A segunda e mais longa parte da obra, “*A Guerra*”, inicia-se já com David Canabarro e a chegada dos combatentes em Laguna, com a instauração da República Juliana que, historicamente, recebe esse nome por ter sido estabelecida no mês de Julho de 1839. É apenas no capítulo 60 que Anita e Giuseppe Garibaldi se encontram pela primeira vez, quando ele chega pelo mar à Cidade Juliana. De acordo com a

narrativa, Anita reconhece-o já no primeiro momento e, movida por grande empolgação, festeja a chegada de todos.

Assim, João Felício dos Santos, em *A Guerrilheira* (1979), perfila uma possibilidade de reconfiguração histórica de Anita Garibaldi que lança luzes a uma perspectiva crítica, que desconstrói a imagem histórica dela como sendo alguém à sombra de Giuseppe Garibaldi, de uma mulher que é heroína pelo amor que sentia, e não por compreender a urgente necessidade da busca da justiça social por meio de embates políticos. Anita, nessa narrativa, é política, é lutadora, é idealizadora. Na ficção crítica e desconstrucionista do novo romance histórico latino-americano ela é a representação adequada de uma mulher que participou ativamente de combates não apenas no Brasil, mas, também, no Uruguai e no continente Europeu. O engajamento crítico da personagem permeia todo o romance, principalmente as falas de Anita quando ela comenta sobre a guerra e as condições sociais brasileiras do período, como a escravidão. O fragmento abaixo revela esse caráter:

Apenas montada, Anita se debruçou para soltar as rédeas do argolão do mangueirinho da municipalidade. Em seguida, empinou com imensa graça e habilidade, o Fidélis, seu brasino meão, de crinas longas como se fossem o dorso de seus próprios sonhos de liberdade, e largou no vento mais desejos de:

– Buenas noites, no geral! Buenas, grandões! E tu, Tancredo Escobar, que os pampas te entrem pela janela nos infinitos desta noite... E tu, Chaves amigo, lembra-te que, enquanto houver fome, injustiça e abandono, como pode um rei dormir em paz? (SANTOS, 1979, p. 33, 34).

Esse posicionamento crítico frente à política e à realidade social que caracterizam a configuração da personagem Anita no romance de João Felício dos Santos é recorrente na obra, como podemos constatar, também, no fragmento a seguir:

– E se Vossa Reverendíssima mexer naquela gente que é minha, com ou sem papel de prova, é o mesmo que mexer com onça parida! E vou lhe dizendo mais, Chico, o senhor é tão dono daquelas terras como os imperialistas do diabo são donos dos negros que roubam na África, tudo só de propriedade de Deus! (SANTOS, 1979, p. 76).

Desse modo, depreendemos que a representação ficcional de personagem históricas bem conhecidas nessa modalidade crítica de romance histórico acontece por intermédio de um enfoque distinto, oferecendo ao leitor uma perspectiva que não corrobora com o discurso oficial, pelo contrário, o critica e o refuta. O autor, nesse romance, preenche com criticidade o que Candido (1988, p. 175) afirma serem as atribuições da literatura: “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apóia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.”

A escrita ficcional aponta que Anita estaria envolvida em combates na luta pela sua terra mesmo sem que o envolvimento amoroso com Giuseppe tivesse acontecido. Suas ações nesse sentido, segundo o narrador, ocorrem por ela ser uma idealista e lutar ativamente pelo que acreditava. Como deixa claro o romance: “– O que quero é a República Farroupilha! Como, ainda não sei. Mas quero-a! Quem sou! És meu marido e me perguntas quem sou? Pois bem, chico: eu sou a República!” (SANTOS, 1979, p. 100).

A obra de Santos (1979) constitui-se, portanto, em uma escrita paródica uma vez que o material historiográfico nele inserido é criticamente ressignificado. Para que evidenciemos o aspecto crítico de *A Guerrilheira* (1979), selecionamos dois trechos que ilustram a refutação do discurso histórico, atribuindo à protagonista um elevado nível de criticismo e insatisfação com relação à realidade em que está inserida. Como podemos observar em:

– Agora, Manuel, deixa eu terminar: sabes quem fez as coisas? Todas as coroas, e reis, e regências, e governos no mundo? Não foram os bois com a sua mansidão; foram os que precisavam se proteger debaixo de uma asa qualquer. Os covardes. Os sabujos. Os que deitam. Aqueles que, porque temem a luta, lutam por um que mande em todos. São fracos e exigem um chefe... um líder... Não sei, Manuel – Anita crescia nas palavras –, mas eu sou como os bichos. Não admito que ninguém me dê ordens. [...]. (SANTOS, 1979, p. 78).

E, ainda, em:

– Os negros mentem sim, meu general. Mas, mentem quando percebem que, dizer a verdade, termina em açoites! Ademais, chico, se nós comêssemos o que damos para comer e trabalhássemos só a metade do que os fazemos trabalhar, seríamos bem mais preguiçosos do que os piores deles. Também, me desculpe vancê, seu general, são ignorantes porque ninguém os deixa aprender nada além de labutar. Ninguém quer que eles saibam nem mesmo que são homens,

criaturas de Deus, como nós-outros! Isso, amigo, não pode durar mais tempo... que te parece? Trazem os escravos para cá em barcos ou tropas imundos, sem ar ou sem comida... Morre mais da metade pelo caminho... E os homens que lidam com essa carga de peças se dizem cristãos! Que vergonha, São Crispim! (SANTOS, 1979, p. 215-216).

Ambos os trechos apresentam uma protagonista questionadora, insatisfeita e de caráter revolucionário. A narrativa, portanto, utiliza-se do fato e da personagem histórica para reposicioná-la ficcionalmente, elaborando uma paródia que pode ser entendida por sua autorreferencialidade, fazendo com que o primeiro texto sobre determinado assunto seja posto em discussão. Como em um jogo de espelhos, é a coexistência de dois textos evidentemente confrontados.

Nesse sentido, Santos (1979), ao narrar uma história sobre Anita Garibaldi que não só a reapresenta, como também a reinventa, colabora para que o discurso histórico não seja a única possibilidade de percepção do passado. A literatura apresenta-se, assim, como uma possibilidade interpretativa que não está presa aos recortes historiográficos. O espaço de protagonização em *A Guerrilheira* (SANTOS, 1979) é, primeiramente, o de uma mulher livre, idealista e que age sempre a favor do sentimento de que é acometida, não sendo inibida por questões de ordem social.

4 *Xicoténcatl* (1826): o primeiro romance histórico em língua espanhola e da América Latina

No caso da América Hispânica, os sucessos a partir de 1492, da colônia e das lutas pela independência se tornaram pontos históricos ao redor dos quais a memória coletiva hispano-americana evoca um passado comum. Esses episódios foram, inúmeras vezes, lembrados e reproduzidos, e ainda o são, de maneira que conformam parte da identidade cultural do hispano-americano.

Candau (2016, p. 25, cursiva do autor) afirma que “[o termo identidade é] utilizado em um sentido menos restrito, próximo ao de semelhança ou de similitude que satisfaz sempre uma inclinação natural do espírito. [...] a identidade (cultural ou coletiva) é certamente uma *representação*.” Entendemos que, dessa forma, cada grupo hispano-americano compartilha, em semelhança ou similitude, a representação de três momentos específicos: os relatos a) da chegada

dos europeus às Américas, b) das lembranças dos tempos em que conformaram parte dos territórios coloniais do Império Espanhol e c) da luta pela independência da Espanha.

Esses eventos se encontram presentes na obra *Xicoténcatl* que, de autoria anônima, no ano de 1826 é publicado. Assim, torna-se o primeiro romance histórico em língua espanhola – de acordo com Castro Leal (1964), essa obra é anterior inclusive a qualquer dos mais antigos romances históricos espanhóis –, o primeiro romance histórico mexicano e latino-americano. Essa produção é o exemplo perfeito de escrita intermediária entre a herança da escrita neoclássica e os inícios do arquétipo do romanticismo na escrita de nosso continente.

A publicação desta é realizada paralelamente à da obra do francês Alfred Vigny, *Cinq Mars* (1826), sem ligação conceitual ou proposital nenhuma entre esses escritos, e, ainda, o texto anônimo latino-americano, além de romper, como acontece na obra de Vigny, com o modelo scottiano de romance histórico – quer dizer, o pano de fundo histórico se converte no relato central da obra onde personagens de extração histórica e puramente ficcionais colaboram para o andamento do enredo –, o texto anônimo romanesco, mesmo sendo considerado como romance histórico da fase tradicional (FLECK, 2017), traz consigo uma criticidade que somente será novamente observada nas produções latino-americanas que iniciariam no século XX, oficialmente, com a obra, de Alejo Carpentier, *El reino de este mundo* (1949), própria dos romances históricos da segunda fase, de acordo com a teoria que Fleck (2017) propõe.

Assim sendo, já observamos que o título da obra, *Xicoténcatl* (1826), faz referência ao nome de um herói *ex-cêntrico*, uma personagem de extração histórica que normalmente não teria sido colocado como herói apolíneo numa obra eurofalocêntrica, como acontece nas obras de Scott ou de Vigny. A obra traz o relato dos feitos heroicos de Xicoténcatl, o jovem, que não consegue evitar que Hernán Cortés, o vilão na obra, concretize a conquista dos territórios que hoje fazem parte da nação mexicana, e, com isto, o discurso romanesco explica como acontece a morte do mundo indígena para dar passo ao mundo mestiço, nossa América Latina.

Igualmente, Forero Quintero (2012) defende que o relato em *Xicoténcatl* (1826) já se enfrenta ao *status quo* da época ao questionar não somente a autoridade espanhola – a publicação se dá dentro do período de lutas pela independência do agora chamado México e dos outros territórios sob o controle colonial do Império Espanhol –, mas também a voz narradora demonstra

sua preocupação com respeito ao Imperialismo estadunidense que começava a se fortalecer no mundo. Igualmente, de acordo com o estudioso, a obra apresenta a tese do destino manifesto da nação mexicana.

Dentro da tessitura do romance, observamos dois grupos antagônicos: o grupo chefiado por Cortés, degredado a vilão, e sua hoste, incluindo personagens nativos, seus colaboradores, que se mostram corrompidos, contracenando com o grupo liderado por Xicoténcatl, o jovem, herói tlaxcalteca, configurado como um herói clássico (DEL POZO GONZÁLEZ, 2017) – que na história oficial por muito tempo foi considerado um desertor já que se negou a apoiar a causa de Cortés – e seus seguidores nativos. A *república de Tlaxcala*, como é apresentada no relato, é um dos senhorios que coexistia com o Império Asteca, designada como a república utópica, a semente futura da nação hispano-americana idealizada pela voz enunciativa da obra.

Desse modo, o discurso romanesco em *Xicoténcatl* (1826) busca demonstrar que, tanto os nativos que se opuseram a Cortés em sua empreitada, quanto aqueles nativos colaboradores dos europeus, todos eles conformam a base da qual se constitui o novo mundo mestiço. O romance segue a historiografia sem deixar de apresentar criticidade aos fatos históricos relatados, por isso a obra se encontra dentro da modalidade de romance histórico tradicional (FLECK, 2017). Nesse sentido, pode ser observado que

Aparecem, já nesta obra primeira, dois dos elementos que fariam eclodir o novo romance histórico latino-americano (MENTON, 1993): a recusa do Poder, fruto de uma história cheia de sequelas causadas por regimes autoritários em uma terra assolada pela violência e pela exploração; e uma clara atitude anti-hispanista, apontada por Celia Fernández Prieto (2003) como uma das características do romance histórico hispano-americano em sua fase avançada do modernismo. (FLECK, 2017, p. 48).

Como resultado, essa obra, já a inícios do século XIX, apresenta o que Santiago (2000, p. 20 - 21) chama de “assimilação inquieta e insubordinada, antropófaga [...] [da escrita do outro, uma] [...] experiência sensual com o signo do estrangeiro”. Ao longo do relato, a voz discursiva discute sobre a postura dos espanhóis, desde os eventos de 1492, diante dos tratamentos com os nativos, nas suas políticas e ações. Igualmente, a diegese denuncia a completa destruição dos povos nativos pelos espanhóis no período de conquista/invasão e, por último, existe um tom inflamado do discurso

anti-hispanista no relato todo que chama à independência do Império espanhol. Consequentemente, *Xicoténcatl* (1826) é considerado o germe do Novo romance histórico latino-americano.

5 A reconstrução da memória das nativas na América: *Xicoténcatl* (1826)

Dentro da diegese de *Xicoténcatl* (1826), chamamos a atenção para as representações femininas nativas da obra: *doña* Marina – nome com o qual foi batizada a personagem histórica La Malinche pelos espanhóis – e Teutila – personagem puramente ficcional². Juntas, essas duas personagens servem para a explicação da tese dentro do relato sobre o nascimento da nação mexicana, simbolizado pelo nascimento do filho de La Malinche e Cortés no final do quarto capítulo.

A primeira representação literária de La Malinche ocorre em *Xicoténcatl* (1826). Entender essa primeira configuração da personagem histórica, uma das nativas mais importantes para o processo de colonização espanhola da América Latina, na literatura permite entender como se deu o processo de formação da identidade dos povos americanos.

La Malinche, ou *doña* Marina, a partir dessa primeira representação literária, passa a ser uma das mais recriadas na ficção (HERREN, 1993), não somente dentro do México, mas também a nível mundial. Como pontua Herren (1993, p. 11, nossa tradução), essa personagem torna-se importante por ser “tão bem dotada, tão misteriosa, tão estranha, tão singular e sem a qual o fato transcendente da queda em 1521 do poderoso império dos astecas certamente não teria sido

² Na obra, todas as personagens são de extração histórica. Teutila, por outro lado, é a única personagem puramente ficcional, criada como sinédoque que representa a todas aquelas mulheres que se recusaram a aceitar a cultura do conquistador (DEL POZO GONZÁLEZ, 2017). Outra característica interessante da obra está em que, a exceção da *doña* Marina, todas as personagens em *Xicoténcatl* (1826), de acordo com Pulido Herráez (2011, p. 53 – nossa tradução), apresentam a configuração tipo: “*Jicoténcatl es una novela que centra su composición en los personajes. Estos devienen tipos, ideólogos que defienden una postura política y una actitud moral: o son republicanos, y ello implica que respetan las leyes y los acuerdos, que defienden la libertad y la justicia, que están dotados de virtudes; o, por el contrario, son defensores de la monarquía, es decir tiranos (como sucede con Cortés), y al tiempo que déspotas son ambiciosos sin medida, corruptos, seres sin escrúpulos en su meta de obtener el poder* [Jicoténcatl é um romance que centra sua composição nas personagens. Essas provêm de tipos ideólogos que defendem uma postura política e uma atitude moral: ou são republicanos, e isto implica que respeitam as leis e os acordos, que defendem a liberdade e a justiça que estão dotados de virtudes; ou, em contraste, são defensores da monarquia, isto é, tiranos (como acontece com Cortés), e, ao mesmo tempo em que déspotas, são ambiciosos sem medida, corruptos, seres sem escrúpulos no seu objetivo de obter o poder.]”.

possível.”³ Cypess (1991, p. 2, nossa tradução) opina que “apesar das muitas controvérsias a respeito dos outros que participaram da conquista, nenhuma figura é tão ambígua e abstrata quanto *La Malinche*.”⁴ Essa ambiguidade está em parte relacionada ao fato de que somente temos registros da sua vida pelos escritos dos europeus.

Ela, como escrava, mulher e nativa do século XVI, não deixou documentada a sua vida. E, nem todos os cronistas a representam positivamente. Quem mais a elogia e escreve favoravelmente sobre ela é Bernal Diaz del Castillo na sua obra *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*, com publicação póstuma (1632), porém, essa crônica foi amplamente criticada pelos seus detratores, pois ele a redige nos seus últimos anos de vida.

Hernán Cortés, única personagem histórica que poderia ter escrito diretamente sobre ela não o fez, já que manteve a sua norma de evitar relatar sobre assuntos e personagens que não eram relevantes para o que desejava registrar, já que, de acordo com Pastor (1983), citada por Fernández Prieto (2003, p. 156): “os conquistadores espanhóis contavam a história de acordo com seus interesses políticos, silenciavam quando o fato poderia desprestigiar sua imagem diante seus superiores.”⁵

Desse modo, Cortés silencia *La Malinche* nas *Cartas y relaciones* (1866) ao referenciar sua colaboradora apenas pelo pronome *ella*, ou o substantivo *lengua* e o adjetivo *india* e somente a menciona pelo nome de batismo uma vez: “é a *doña* Marina, mulher do citado tesoureiro, quem verificou que estavam na cidade, [...] e dessa forma apaziguou o mencionado tumulto.”⁶ (CORTÉS, 1866, p. 387, nossa tradução). Esta menção a ela acontece, de acordo com Cypess (1991) e Herren (1993), quando, nesse contexto, ela já tinha sido obrigada a casar com o tesoureiro mencionado por ordens de Cortés.

Outra das formas em que a memória de *La Malinche* aparece nos registros históricos é na documentação pictórica dos códices encomendados a artistas indígenas pela autoridade da colônia

³ “*tan bien dotado, tan misterioso, tan extraño, tan singular y sin el cual un hecho trascendente como la caída en 1521 del poderoso imperio de los aztecas seguramente no hubiera sido posible*”.

⁴ “*despite the many controversies concerning other participants in the conquest, no figure is as ambiguous and abstract as La Malinche*.”

⁵ “*los conquistadores españoles contaban la historia de acuerdo con sus intereses políticos, silenciando cuanto podía acarrearles desprestigio ante sus superiores*.”

⁶ “*é á doña Marina, mujer del dicho tesorero, se certificó questaban en la ciudad, [...] é así se apaciguó el dicho alboroto*.”.

espanhola, de acordo com Aguiar (2014), entre 1519-1521. Todos aqueles registros mostram a figura de La Malinche localizada, se não na posição central, sempre ao lado de Hernán Cortés, demonstrando a sua importância na memória daqueles que a representaram. Todavia, esses registros não são tão poderosos quanto à escrita alfabética dos europeus. O pesquisador, de acordo com Aguiar (2014), precisaria de um intérprete daqueles registros para desvendar o que aquelas representações pictóricas simbolizam.

Historicamente, La Malinche foi uma das vinte escravas com que o povo *Totonaca* oferta a Cortés em demonstração de submissão depois da batalha em Tabasco. De acordo com o biógrafo Herren (1993), ela tem aproximadamente 16 anos. Graças às suas habilidades interpessoais, no seu domínio de línguas nativas e rápido aprendizado da língua castelhana, ela é utilizada por Cortés como a chave que decodifica a singularidade política dos povos nativos que na época desejavam liberdade do jugo asteca.

De acordo com Herren (1993, p. 35, nossa tradução), os autóctones chamaram Cortés de La Malinche, “o amo da Marina”⁷, demonstrando pela primeira vez na história do nosso continente como o nome de uma mulher nativa escrava é a referência ao seu próprio amo. Mais tarde a nativa intérprete de Cortés passou a ser conhecida na história com essa denominação (HERREN, 1993). No romance, *doña Marina* é configurada como a única personagem esférica.

Nessa personagem se observam claramente quatro fases na construção da sua configuração ao longo da diegese. A primeira, introduzida pela voz da personagem espanhola Ordaz, quem se refere a ela como ingênua, já que Cortés: “[...] quase que ostenta seus amores adúlteros com essa índia, talvez vítima da sua sedução [...]”.⁸ (ANÓNIMO, 1964, p. 85, nossa tradução). Na segunda, a voz enunciativa do discurso revela a representação de *doña Marina* como alguém corrompido pelos europeus, tornando-se, desse modo, na arma perfeita de Cortés, já que traz vantagens para seu amo, sem levantar suspeitas pelos seus conterrâneos.

⁷ “*el amo de Marina*”.

⁸ “[...] *casi hace ostentación de sus amores adúlteros con esa india, quizá víctima de su seducción*. [...]”

Na terceira fase, a personagem é mostrada como uma mulher intrigante, um monstro sexual que tenta seduzir: “[...] Difícil seria tentar retratar a surpresa do honrado espanhol quando ouviu a livre declaração de amor que *doña* Marina lhe fizera.”⁹ (ANÓNIMO, 1964, p. 101, nossa tradução).

Também, na terceira, a diegese mostra ao herói Xicoténcatl, o jovem, iracundo ao entender que *doña* Marina não é aquela donzela que ele acreditava (está grávida de Cortés), ele tinha cogitado, inclusive, substituir Teutila em uma possível união matrimonial com Malinche: “– Será possível, grande Deus! [...] Será possível que haja tanta traição, tanta duplicidade, tanta falsidade, tantos artifícios e tanta infâmia? Essa indigna americana, [...] Quem poderia ter descoberto o veneno em suas gentis palavras?”¹⁰ (ANÓNIMO, 1964, p. 117, nossa tradução). Assim, *doña* Marina é configurada como a amante de Cortés que seduz para alcançar seus objetivos.

Finalmente, na quarta fase, já no final do quarto capítulo, ao sentir as dores de parto, a personagem muda completamente seu discurso e comportamento ao mostrar arrependimento: “[...] que o martírio sofrido sirva de exemplo e de punição para quem abandonou, como eu, o caminho da virtude.”¹¹ (ANÓNIMO, 1964, p. 139, nossa tradução) e decide voltar a sua tradição nativa, pois: “[...] desde que me tornei cristã, meus progressos na profissão do crime foram maiores que as formosas virtudes de Teutila [...]”.¹² (ANÓNIMO, 1964, p. 153, nossa tradução), fechando, desse modo, o desenvolvimento da configuração.

Essa configuração circular permite ser contrastada com a representação da personagem Teutila, de configuração plana e tipo, quem desde o início defende o mundo indígena. Essa personagem puramente ficcional é a encarnação de todos os valores indígenas. Na sua configuração carrega a beleza do continente americano e da cosmogonia indígena (DEL POZO GONZÁLEZ, 2017). Inicialmente é apresentada como a antítese de *doña* Marina, no entanto, somente no final da leitura ela será entendida como sendo o complemento da personagem *doña* Marina na tese da diegese. Teutila é considerada falha, pois esta não deixa filhos para Xicoténcatl, o

⁹ “[...] Difícil sería querer pintar la sorpresa del honrado español al oír la libre declaración de amor que le hizo *doña* Marina.”

¹⁰ De acordo com Herren (1993), é desse ponto específico da narração que nasce o mito *La Malinche* que será utilizado pelos nacionalistas do século XIX. “[...] – ¿Es posible, ¡gran Dios! [...] es posible tanta perfidia, y tanta doblez, y tanta falsedad, y tanto arte, y tanta infamia? Esa americana indigna, [...] ¿Quién hubiera podido descubrir el veneno de sus dulces palabras?”

¹¹ “[...] que el martirio que sufro sirva de ejemplo y de escarmiento a los que, como yo, abandonan la senda de la virtud.”

¹² “[...] desde que fui cristiana, mis progresos en la carrera del crimen fueron más grandes que las hermosas virtudes de Teutila.”

jovem, e, ao mesmo tempo, não permite que Cortés tenha filhos com ela. Igualmente, Teutila fracassa na tentativa de envenenar Cortés, e, dessa forma, ela é culpável, de acordo com a tese da narração, por não conseguir interromper os planos de conquista espanhóis. A morte de Teutila, na diegese, é inevitável, tanto quanto a morte do mundo indígena.

Como resultado, a única saída possível, de acordo com a tese no discurso romanesco, é o nascimento do mundo mestiço representado pelo filho de *doña* Marina e Cortés. Desse modo, na representação romanesca, La Malinche se torna a mãe simbólica do mundo mestiço, devido ao fato que ela tanto aceita o novo trazido pelo mundo europeu, quanto valoriza os valores indígenas. Com isto, a tese do romance demonstra que os nativos colaboradores de Cortés e aqueles não corrompidos conformam a base da sociedade nova. De acordo com Nevárez (2004), desse modo, em *Xicoténcatl* (1826), Teutila contribui a retirar o peso da *traição* que poderia permanecer em *doña* Marina.

A partir dessa primeira representação, a personagem de La Malinche é esquecida por vários séculos. No entanto, esta é retomada na “primeira metade do século XIX [...] para ser convertida no símbolo atroz da traição para uns, ou a protagonista comovedora de uma *love story* para outros”¹³ (HERREN, 1993, p. 10, nossa tradução). González Hernández (2002), em confluência com Herren (1993) e Cypess (1991), estuda como a figura histórica de La Malinche é retomada depois de 300 anos em *Xicoténcatl* (1826). Esses estudos mostram que após a publicação do romance anônimo, nasce o mito de La Malinche e a personagem histórica é tomada como o “bode expiatório para justificar a desordem e a ruína econômicas e o caos administrativo do período da pós-independência porque os mexicanos esperavam que à independência política seguir-se-ia o progresso e a melhoria do nível econômico, como se deu com o modelo dos Estados Unidos”¹⁴ (CYPESS, 1991, p. 184), a partir de parte da configuração no romance anônimo de 1826.

Segundo Herren (1993, p. 161), na diegese desse romance: “[...] a representação da realidade, passada e presente, encontra-se absolutamente polarizada entre espanhóis de um lado e índios de outro, evidenciando uma fácil visão maniqueísta. Os espanhóis, o espanhol, é o bode

¹³ “*primera mitad del siglo XIX [...] para convertirla en símbolo atroz de la traición para unos, o protagonista conmovedora de una love story para otros.*”

¹⁴ “*to a scapegoat in order to justify the disorder, economic ruin, and administrative chaos of the post independence to be followed by progress and improved economic status, the pattern of the United States.*”

expiatório sobre o qual são descarregados demônios da alma mexicana [...]”¹⁵. Em *Xicoténcatl* (1826), o foco discursivo recai nas lutas entre os espanhóis e os indigenistas pró-república. Logo, a colaboração com os espanhóis na tessitura do romance também é condenada.

De acordo com Bernd (2013, p. 47), “só a literatura pode penetrar nas falhas e desvios da história e da memória, tentando proceder à anamnese para remontar à fonte do vivido, reinventando-o, através da ficção na tentativa de colmatar os não-ditos da história.”. No caso de *Xicoténcatl* (1826), a literatura preencheu os espaços deixados pelos registros históricos e ampliou o repertório da memória sobre vários personagens históricos, dentre eles, de La Malinche.

Conforme Candau (2016, p. 143): “[...] todo indivíduo morto pode converter-se em um objeto de memória e identidade, tanto mais quando estiver distante no tempo”. Assim se seleciona a memória de um indivíduo, e modifica sua história por meio da idealização, maquiando defeitos e enaltecendo qualidades. Tudo passa por um filtro. Basta, de acordo com o pesquisador, ter motivações como, por exemplo, de fomentar o orgulho nacional. E com respeito ao mito de Malinche, o autor explica que:

A importância dessa noção de *malinquinismo*¹⁶ na linguagem corrente mexicana, com sua conotação positiva ou negativa, revela ao mesmo tempo o peso da memória de certos personagens históricos na construção das identidades coletivas e as diversas interpretações, manipulações, das quais ela pode ser objeto. (CANDAU, 2016, p. 144, itálicas do autor).

Portanto, a memória se encontra em movimento constante de “construção/desconstrução” (BERND, 2013, p. 25) e isto possibilita que se entenda que – casos como os de La Malinche, demonstram de acordo com os estudos de Cypess (1991), Herren (1993) e González Hernández (2002) – a memória das personagens históricas, por meio da literatura, ajudam na construção identitária dos povos.

¹⁵ “[...] la representación de la realidad pasada y presente se polariza absolutamente entre españoles de un lado e indios del otro, en una fácil visión maniquea. Los españoles, lo español, es el chivo expiatorio sobre el que se descargan los demonios del alma mexicana.”.

¹⁶ Malinquinismo (*malinchismo* em espanhol), termo negativo alusivo a Malinche, que: “alimenta desprezo por tudo o que é mexicano, [...] vulgar [...]” (CANDAU, 2016, p. 144).

Conclusão

Perante a análise das obras dispostas nesse estudo, podemos atentar para o fato de que romances que englobam a história e a memória tem um grande foco “na recuperação dos fatos e personagens do passado, uma vez que a matéria que utilizam – embora de maneiras diferenciadas – são os feitos que aí se produziram e que geraram consequências que se estendem até nossos dias.” (FLECK, 2008, p. 142). Ademais, as memórias que outrora eram consideradas fontes duvidosas passam a ser validadas pela literatura em diversos gêneros, como o romance histórico contemporâneo de mediação e as biografias.

A literatura, na especificidade dessa pesquisa, o romance histórico, por sua liberdade estética, não possui compromisso com a factualidade de sua escrita, atuando, portanto, com o intuito de expor ressignificações verossímeis para distintas temáticas que foram difundidas por um viés eurofocêntrico, principalmente. Segundo Fleck (2008, p. 142), “a literatura, ao proceder sua releitura do passado, com apelos à memória, busca – pela liberdade de imaginação que rege o discurso que dela emana – lançar novas luzes sobre eventos do passado.”

As obras *Desmundo* (MIRANDA, 1996), *A Guerrilheira* (SANTOS, 1979) e *Xicoténcatl* (ANÓNIMO, 1826) favorecem personagens diversificadas e descentralizadas, cujas narrativas trouxeram no âmago de seu desenlace sujeitos que se tornaram agentes de sua própria história. Tais narrativas evidenciaram personagens femininas que andaram na contramão dos discursos de molde europeu, pois deixaram marcado no texto literário memorialístico suas impressões na América e da América.

Referências

- AGUIAR, J. de A. B. de. *El sexto sol de Malinalli*. 2014. 358 f. Tese. (Instituto de Letras) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ALMEIDA, S. C. C. *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português – XVI – XVIII*. 2003. 332 f. Tese. (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- ANÓNIMO. *Xicoténcatl*. Prólogo, organização, estudo preliminar e notas de Antonio Castro Leal. In: CASTRO LEAL, A. (Org.). *La novela del México colonial*. 2ed. México: Aguilar, 1964, p. 73-177.

ANÓNIMO. *Xicotencatl*. Edición, estudio preliminar y notas de Gustavo Forero Quintero. 1ed. Madrid: Vervuert, 2012.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: Del Priori, M.; PINSKY, C. B. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 45-77.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 5ed. Tradução por Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2010.

BERND, Z. *Por uma estética dos vestígios memoriais: releitura da literatura contemporânea das Américas a partir dos rastros*. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

CAMINHA, P. V. *Carta ao rei Dom Manuel*. Texto editado e atualizado por Maria Angela Villela. 4ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

CANDAU, J. *Memória e identidade*. Tradução por Maria Leticia Ferreira. 1ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. *Vários escritos*. 5ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011, p. 171-193.

DÍAZ DEL CASTILLO, B. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España escrita por el Capitan Bernal Diaz del Castillo uno de sus conquistadores*. Sacada a luz por el P. M. Fr. Alonso Remon. Madrid: Imprenta del Reyno, 1632.

CARPENTIER, A. *El reino de este mundo*. Santiago, Chile: Orbe, 1972.

CORTÉS, H. *Cartas y relaciones de Hernán Cortés al emperador Carlos V*. Colegidas e ilustradas por Don Pascual de Gayangos. Paris, Imprenta central de los ferro-carriles, 1866. Disponível em: <<https://archive.org/details/cartasyrelacion00cortgoog>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

CYPESS, S. M. *La Malinche in Mexican Literature: from History to Myth*. 1ed. Austin: University of Texas Press, 1991.

DEL POZO GONZÁLEZ, L. S. Malinche no espelho das traduções de Xicoténcatl (1826): [1999 – 2013]. 2017. 212 f. Dissertação. (Mestrado em Letras) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

FERNÁNDEZ PRIETO, C. *Historia y novela: poética de la novela histórica*. 2ed. Barañáin (Navarra): EUNSA, 2003.

FLECK, G. F. Ficção, história, memória e suas inter-relações. *Revista de Literatura, História e Memória*, Cascavel, vol. 4, n. 4, p. 139-149, 2008.

FLECK, G. F. *O romance histórico contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da histórica pela ficção*. 1ed. Curitiba: CRV, 2017.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, C. *Doña Marina (La Malinche) y la formación de la identidad mexicana*. Madrid: Ediciones Encuentro, 2002.

- HALBAWCHS, M. *A memória coletiva*. Tradução por Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- HERREN, R. *Doña Marina, La Malinche*. 1ed. México, D. F.: Ed. Planeta, 1993.
- KARTTUNEN, F. Rethinking Malinche. In: SCHROEDER, S.; WOOD, S.; HASKETT, R. (Eds). *Indian women of early Mexico*. s.n.: University of Oklahoma Press, 1997, p. 291-314.
- MIRANDA, A. *Desmundo*. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- NEVÁREZ, L. My reputation precedes me: La Malinche and Palimpsests of Sacrifice, Scapegoating, and Mestizaje In *Xicoténcatl* and *Los mártires del Anáhuac*. *Decimononica*, v. 1, n. 1, p. 67-85. 2004. Disponível em: <http://www.decimononica.org/wp-content/uploads/2013/01/Nevarez_V1.1.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2016.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PULIDO HERRÁEZ, B. Jicoténcal: una disputa entre la monarquía y la república. *Cuadernos Americanos*. México, n. 137, p. 47-66, mar. 2011.
- RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORI, M. (Org.). *História das crianças no Brasil*. 6ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 19-54.
- RIBEIRO, F. A. *Anita Garibaldi coberta por histórias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- SANTIAGO, S. *Uma Literatura nos Trópicos*. 2ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SANTOS, J. F. *A Guerrilheira: o romance da vida de Anita Garibaldi*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.
- SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução por Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.
- TROUCHE, A. *América: história e ficção*. Niterói: EdUff, 2006.
- VIGNY, A. de. *Cinq Mars*. Tradução revista por Pedro Reis. São Paulo: Otto Pierre editores, 1978.